

ARTIGO

# Grupos sociais e a vulnerabilidade ocupacional no Brasil: uma análise da decomposição da evolução da taxa de desocupação no período 2012-2022\*

Karine Carvalho<sup>†</sup>, Aline Cristina da Cruz<sup>‡</sup>, Douglas Marcos Ferreira<sup>‡</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo principal avaliar a evolução do desemprego nacional, com ênfase aos atributos sociodemográficos e regionais, entre os anos de 2012 e 2022. Empregou-se Análise Estatística Descritiva e Técnica de Decomposição das variações na taxa de desemprego aos microdados PNAD Contínua. Confirma-se a hipótese de que o desemprego impacta, de forma significativa, grupos populacionais, estrutural e socialmente, mais vulneráveis, os quais têm probabilidade maior de permanecerem também na inatividade. A desocupação foi mais acentuada entre mulheres, pretos e pardos (negros), jovens, pessoas com educação de nível médio, residentes das áreas urbanas e das regiões metropolitanas.

**Palavras-chave:** Desemprego; Mercado de Trabalho; Grupos Vulneráveis; Crises.

## Abstract

This study assesses the evolution of national unemployment by decomposing the unemployment rate, emphasizing sociodemographic and regional attributes, between the years 2012 and 2022. Descriptive Statistical Analysis and Decomposition Technique of the variations in the unemployment rate were employed using PNAD Continua microdata. The hypothesis that unemployment significantly impacts structurally and socially vulnerable population groups, which are more likely to remain inactive, is confirmed. Unemployment was more pronounced among women, black and brown individuals, young people, those with a high school education, residents of urban areas, and metropolitan regions.

**Keywords:** Unemployment; Labor Market; Vulnerable Groups; Crises.

\* Trabalho desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>†</sup> Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFSJ). E-mail: karine.cv.07@aluno.ufsj.edu.br.

<sup>‡</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território, DCECO/UFSJ. Mestre e Doutorada em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: alinecruz@ufsj.edu.br.

<sup>‡</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ). Mestre e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2015).

## 1. Introdução

Em 2023, o desemprego atingiu 8,5 milhões de brasileiros, ou seja, 7,8% da força de trabalho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) (IBGE, 2023). Neste aspecto, as desigualdades são latentes, quando considerados marcadores sociais de gênero, raça, idade, nível educacional e setor econômico, por exemplo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2022, a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho foi de 54,3%, bem inferior à dos homens (71%) (FGV, 2022). Em adição, segundo as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE, 2021), em 2021, o pessoal ocupado assalariado era composto por 55,1% de homens e 44,9% de mulheres.

Neste contexto, Pochmann (2015), observando a evolução do desemprego brasileiro de 2012 a 2015, constata que a sua ampliação não afeta todos os trabalhadores da mesma forma, sendo os mais impactados mulheres, pessoas com 50 anos ou mais, de baixa escolaridade, principalmente, de regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Já Brito, Silva e Rossi (2021), com dados de 2010, ressaltam que educação, idade, gênero e localização geográfica são fatores determinantes para a participação na força de trabalho.

Quando se pensa nas crises, segundo Carleial (2015), para a crise nacional de 2015 e 2016, os impactos prejudiciais advindos do ajuste fiscal instaurado pautaram-se na perda de postos de trabalho formais, na ampliação do desemprego e na redução das possibilidades de manutenção dos ganhos reais obtidos pelos trabalhadores brasileiros, de 2005 a 2015. Cabe acrescentar que a Reforma Trabalhista de 2017 e a crise pandêmica de 2020, marcadas pela retração do setor empregatício, intensificaram a necessidade do trabalhador de buscar alternativas para garantir seu sustento e a representatividade do setor informal. Em adição, os grupos sociais mais desassistidos pelas leis e direitos trabalhistas foram, especialmente, mais afetados por este cenário, incluindo jovens, mulheres, minorias étnico-raciais e de baixa escolaridade (Auler, 2022),.

Dentro desta temática, é pertinente delinear a contribuição relativa de cada grupo para a taxa nacional de desocupação total. No que concerne à taxa de participação na força de trabalho, a parcela de indivíduos com 14 anos ou mais aptos a trabalhar, empregados ou desempregados, Costa (2015) afirma que a sua redução está atrelada à

redução da taxa de desocupação também, sendo possível determinar a taxa de contribuição ponderada de cada grupo social para a taxa global (produto entre taxas de participação e de desocupação). Para a presente pesquisa, a principal indagação é: Quais os grupos populacionais mais impactados pelo desemprego no Brasil, sob as perspectivas individual e regional, no período de 2012 a 2022? A hipótese, com base nos estudos de Alves (2022), Brito, Silva e Rossi (2021) e Pochmann (2015), é de que: No período em análise, o impacto do desemprego nas diversas coletividades é desigual, de acordo com características socioeconômicas e demográficas, resultando em maior probabilidade de grupos sociais marginalizados estarem desocupados, a exemplo de jovens, mulheres, minorias étnico-raciais, de baixa escolaridade, entre outros. Em conformidade com Brito, Silva e Rossi (2021), essa análise é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, direcionadas e capazes de mitigar os efeitos adversos do desemprego e promover a inclusão e a recuperação econômica desses grupos.

Dito isso, o principal objetivo é avaliar a evolução do desemprego nacional, a partir da decomposição da taxa de desocupação, com ênfase aos atributos sociodemográficos e regionais, entre os anos de 2012 e 2022. De forma específica, busca-se: a) Identificar, entre os diferentes grupos constituintes (agregados, individuais ou locais) da força de trabalho, os mais prejudicados pela conjuntura de desemprego crescente, em meio a dois períodos de forte recessão econômica (2015-17 e 2020-21); e b) Verificar se as variações das participações na População em Idade Ativa (PIA) e a contribuição para a taxa de desemprego são homogêneas entre os grupos sociodemográficos e regionais.

A estrutura do artigo inclui duas seções, além de introdução, metodologia, resultados e considerações finais. A primeira apresenta a visão geral de alguns dos estudos empíricos relevantes sobre desemprego e seu impacto desigual nos diferentes segmentos sociais, ao longo do século XXI. Já a segunda discute como a interação entre a pandemia de Covid-19 e as políticas econômicas neoliberais brasileiras e o agravamento das disparidades socioeconômicas com viés voltado aos trabalhadores em maior situação de vulnerabilidade.

## 2. Determinantes do desemprego no Brasil

O objetivo desta seção é apresentar alguns dos relevantes estudos empíricos acerca do desemprego e seu efeito desigual sobre os diversos grupos sociais, ao longo do século XXI. As pesquisas empíricas fornecem subsídio para a compreensão do impacto do desemprego na vida da população e no estabelecimento das desigualdades sociais.

O estudo de Barbosa Filho e Pêsoa (2011) analisa a redução da taxa de desemprego no Brasil, entre 2001 e 2008, com base na PNAD a partir da decomposição da taxa de desemprego em dois efeitos, a saber: efeito nível (razão desocupados/População em Idade Ativa (PIA) e taxa de participação) e seu respectivo efeito composição. As principais conclusões pautam-se na queda de 2% do desemprego no país, de 2001 a 2008, menos acentuada em comparação ao declínio registrado de 3,8%, com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para regiões metropolitanas. Além disso, a variação da composição etária e de escolaridade da força de trabalho descreveu de 25% a 30% da queda do desemprego, e a alteração da taxa de participação teve impacto importante na descrição da redução de empregos. Por fim, é destacada, no período analisado, a ocorrência de diminuição permanente da taxa de desemprego relacionada à universalização da educação, responsável por reduzir o peso relativo dos mais jovens no cenário laboral, grupo representante dos níveis mais elevados de desemprego.

Sob outra perspectiva, Brito, Silva e Rossi (2021) analisam a participação no cenário laboral no Brasil, em 2010. Nas circunstâncias estudadas, fatores como a educação, idade, gênero e localização geográfica são determinantes para a participação na esfera ocupacional, com diferenças significativas entre os municípios do país. O estudo analisado também destaca as desigualdades de gênero no mercado ocupacional trabalhista, com as mulheres enfrentando maior dificuldade de ingresso e manutenção do posto de trabalho, especialmente, em posições de liderança. Para superar essas adversidades, o estudo, de modo similar aos autores mencionados, sugere, para além da implementação de políticas públicas focadas às necessidades locais de empregabilidade (investimento em educação e treinamento), ações com vistas a aumentar a participação feminina no universo ocupacional e melhorar a qualidade do emprego no Brasil.

Com a mesma abordagem de Brito, Silva e Rossi (2021), Pochmann (2015) aponta a participação desigual dos indivíduos no universo ocupacional, determinada por fatores como educação, idade, gênero e localização geográfica. Nessa perspectiva, ao observar a evolução da taxa de desemprego de 2012 a 2015, constata-se a alta dessa taxa nas áreas metropolitanas do Brasil, diretamente, influenciada pelas políticas de ajuste econômico, responsáveis pela recessão econômica brasileira recente (2014-2016). Contudo, a intensificação do desemprego não afetou todos os trabalhadores da mesma forma. Os contingentes mais afetados incluem mulheres, pessoas com 50 anos ou mais, com baixa escolaridade, chefes de família e trabalhadores nos setores de trabalho doméstico, construção civil e indústria, principalmente, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Inserido nessa mesma temática, o trabalho de Lima, da Silva e Cavini (2019) aborda as relações desiguais presentes no setor de emprego, em especial, a discriminação sofrida pelo gênero feminino. Dentro dessa pauta, analisa-se a decomposição do desemprego de mulheres brancas, negras e pardas, em 2002 e 2015, no Brasil, via metodologia de Corseuil (1997) com dados da PNAD. Em momentos de retração do nível de emprego, as mulheres são as mais prejudicadas, ao enfrentarem taxas de desemprego superiores às dos homens, 3,4% mais elevadas em 2001 e 3,8% em 2015. Os resultados revelaram o acréscimo da participação do público feminino na composição do desemprego total e a elevação da participação das mulheres negras e pardas entre as mulheres desempregadas, em função, principalmente, da redução da demanda por trabalho. Nesse panorama, a situação das mulheres negras é ainda mais desfavorecida, devido ao fato de serem menos escolarizadas e ocuparem os piores postos de trabalho, com as menores remunerações.

De forma similar, Alves (2022) salienta como o Racismo Estrutural se manifesta, no mercado de trabalho assalariado brasileiro, através da exclusão da população negra dos postos de trabalho formais, bem como na sua alocação no desemprego. Além disso, quando inseridos no mercado, os negros tendem a ocupar postos de trabalho precarizados, subalternizados e com baixa ou nenhuma remuneração.

Adicionalmente, Carvalho e Viego (2023) tratam da evolução do emprego feminino no setor empregatício brasileiro, entre 2003 e 2018, com base no método shift-share. Nesta abordagem, é mostrada a ampliação da participação feminina nos postos de

trabalho decente. Enquanto o emprego formal masculino aumentou 46%, entre 2003 e 2018, o feminino cresceu 74%. Ademais, no panorama em questão, a superação de outros obstáculos, como a melhoria nos níveis de renda média e nas taxas de desemprego relativas, também se mostra presente. Em contraste, salienta-se a permanência de estagnação da participação do gênero feminino no ambiente de emprego, no contexto analisado. A abordagem empírica aborda o quanto da variação total do emprego feminino pode ser explicada por fatores nacionais ou setoriais e quanto corresponde a avanços efetivos na inserção das mulheres no universo ocupacional.

Em conclusão, os estudos empíricos aqui abordados permitem identificar os grupos da sociedade mais vulneráveis à desocupação. Adicionalmente, as pesquisas de natureza empírica, do século XXI, evidenciam como esse agravante social afeta, principalmente em cenários de crises econômicas, diferentes aspectos da vida cotidiana ligados a: saúde, em sentido amplo, renda, perspectivas de carreira, relacionamentos, oportunidades de crescimento, participação social, autoestima e identidade, entre outros. Ao analisar a ampla gama de estudos e pesquisas nacionais, observa-se como o desemprego afeta de forma desigual os cidadãos brasileiros, com base na existência de vários marcadores sociais, como gênero, raça e etnia, idade, nível educacional e localização geográfica. Dessa forma, as coletividades mais afetadas pelo acréscimo da desocupação tendem a ser a população negra, as mulheres, os jovens ingressantes no meio de trabalho e os residentes das grandes regiões metropolitanas do país.

O presente trabalho se diferencia dos demais ao abranger os anos de 2012 a 2022 e considerar características individuais e locais dos indivíduos, como gênero, raça, área de residência, idade e anos de escolaridade, ao examinar as taxas de desemprego do período analisado.

### **3. Vulnerabilidades sociais: crise, pandemia e trabalho no Brasil**

A presente seção busca analisar a exposição das fragilidades estruturais e dos desafios existentes no cenário econômico e laboral brasileiro, a partir da crise socioeconômica desencadeada pela pandemia de Covid-19. Nessa conjuntura, a interação entre a estagnação global e as políticas econômicas adotadas no país, alinhadas ao arcabouço neoliberal, intensificou as desigualdades sociais e econômicas,

ao afetar de forma desproporcional os trabalhadores mais vulneráveis. Dessa forma, esta seção examina os impactos da pandemia na economia brasileira, com foco no mercado de trabalho, ao destacar os efeitos sobre a ocupação, renda e condições de trabalho dos indivíduos, especialmente daqueles em situação de maior precariedade.

Conforme Auler (2022), o sistema capitalista é suscetível a períodos de crise, tanto em países subdesenvolvidos, quanto em nações desenvolvidas. Todavia, assim como a fração mais pobre da sociedade é mais vulnerável à inflação, ao desemprego e às flutuações cambiais, os efeitos mais graves acometem, em primeira estância, os países em desenvolvimento. Assim, cabe ao Estado a responsabilidade de mitigar os efeitos adversos das condições econômicas, por meio da implementação de políticas e estratégias destinadas à segurança e preservação do bem-estar dos trabalhadores.

A transformação da Covid-19 em uma pandemia global intensificou uma crise econômica já deflagrada no exterior. No Brasil, esta adquiriu contornos ainda mais graves, devido ao fato da economia do país não ter obtido êxito em se recuperar da significativa recessão ocorrida, entre os anos de 2015 e 2017, ao apresentar apenas pequenos indícios de recuperação em 2018 e 2019 (Mattei, Heinen, 2020). Como resultado, os impactos da crise da Covid-19 na economia nacional, durante o ano de 2020, se somam a um panorama socioeconômico já evidentemente deteriorado.

Em paralelo, Auler (2022) aponta para as disputas políticas e as orientações econômicas adotadas, durante o mandato de Michel Temer (2016-19) e Jair Bolsonaro (2019-22), alinhadas com a perspectiva neoliberal. Essas diretrizes colaboraram para a restringência dos direitos dos trabalhadores, os quais emergiram como os principais afetados pela crise pandêmica. Dessa forma, nos anos anteriores à pandemia, observou-se uma ampla propagação do conceito de mínima intervenção estatal no Brasil, com Governos fortemente alinhados à agenda neoliberal.

A partir da análise de Auler (2022), a realidade constatada, no entanto, foi a de um Governo omissivo na mitigação dos efeitos da crise, enquanto também contribuiu para a disseminação mais ampla do vírus. Isso se deu através da adoção de um discurso com a subestimação dos possíveis impactos da contaminação e a não promoção de maneira direta das medidas preventivas essenciais. Assim, a crise expôs as vulnerabilidades da economia do Brasil, repousada sobre pilares de austeridade, desindustrialização, emprego informal e especialização na produção de matérias-primas para exportação

(Costa, 2020).

Sob a visão de Costa (2020), o Governo brasileiro enfrentou um obstáculo substancial para aprimorar o sistema de saúde: a ratificação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016<sup>1</sup>. Como resultado, os gastos relacionados à saúde têm sido insuficientes para sustentar a infraestrutura de serviços e possibilitar investimentos para a sua aprimoração. Diante do contexto de crise sanitária, o país careceu de recursos adequados para atender às necessidades dos pacientes diagnosticados com COVID-19, com a escassez de equipamentos de proteção, como máscaras, luvas, aventais e óculos de proteção.

No cenário analisado, a pandemia da Covid-19 causou forte processo de degradação do mercado laboral no Brasil. Em 2020, a partir de um período equivalente a dois meses de influências do surto causado pelo novo coronavírus no país, a taxa de desocupação atingiu 12,6%, correspondente ao montante de 12,8 milhões de pessoas (Mattei, Heinen, 2020). Para Neri (2020), o desemprego foi um dos principais canais de transmissão da crise no setor laboral brasileiro durante a pandemia.

Segundo Barbosa, Costa e Hecksher (2020), no Brasil, a forte queda nos níveis de ocupação e participação na força de trabalho ocorreu no primeiro momento da pandemia, em março e abril de 2020. Na segunda quinzena de março e no mês de abril, o nível de ocupação ficou em 48,8% e 48,5%, respectivamente, algo inédito na série histórica PNAD Contínua.

Em conformidade com Costa (2020), muitos trabalhadores informais, em situações precárias, foram afetados pela paralisação das atividades produtivas e pela queda na demanda por serviços. Nesse sentido, houve redução significativa de renda e perda de empregos. De forma semelhante a Costa (2020), Barbosa, Costa e Hecksher (2020) destacam a recessão econômica ocasionada pela pandemia de coronavírus como fator responsável por afetar, significativamente, os trabalhadores brasileiros, especialmente os indivíduos em situação de maior precariedade na esfera ocupacional, os impossibilitados de realizar seu trabalho a distância e aqueles do setor informal da economia, os quais possuem maior risco de perder a ocupação.

Outrossim, os grupos mais afetados pela perda de ocupação, durante a pandemia,

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional nº 95, promulgada em 2016, durante o Governo de Michel Temer, instituiu o congelamento dos gastos públicos por vinte anos (Costa, 2020).



foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e os de menor nível de escolaridade (Barbosa; Costa; Hecksher, 2020). A crise econômica introduzida pela pandemia aprofundou algumas das desigualdades observadas no mercado laboral. Nesse panorama, aqueles em situação desvantajosa continuaram a apresentar os piores indicadores.

A crise econômica e social gerada pela pandemia da Covid-19 trouxe à tona as fragilidades e desafios preexistentes no sistema econômico, no mercado laboral e nas políticas governamentais do Brasil. A interação entre as crises econômicas e a vulnerabilidade dos trabalhadores, agravada por diretrizes políticas alinhadas com o neoliberalismo, aprofundou as desigualdades sociais e econômicas no país. Assim, a transformação da pandemia em uma crise global ressaltou a necessidade de se repensar e fortalecer os sistemas de proteção social, as políticas de saúde pública e as estratégias de recuperação econômica. As repercussões no espaço laboral demonstraram a urgência de se criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, especialmente, para grupos historicamente marginalizados.

## 4. Metodologia

Na presente seção, descreve-se a metodologia empregada na análise da evolução da taxa de desemprego em escala nacional, tendo como base atributos observáveis da força de trabalho, a exemplo de gênero, raça, faixa etária e nível educacional.

### 4.1. Decomposição das Variações na Taxa de Desocupação

De forma específica, com base no conjunto de microdados da PNAD Contínua, emprega-se a metodologia de decomposição das variações na taxa de desemprego, conforme Barbosa Filho e Pessôa (2011), Banerjee et al. (2007), Hipple (1997), Shimer (1999), Campbell e Duca (2007) e Costa (2015). Inicialmente, ao definir a taxa de desemprego no período  $t$  por  $D_t$ , essa pode ser escrita da seguinte forma:

*Equação 1*

$$D_t = \frac{\text{desocupados}_t}{\text{desocupados}_t + \text{ocupados}_t} = \frac{d_t}{L_t}$$

De forma subsequente, acrescenta-se a variável  $i$ , a qual representa um grupo específico, baseado em critérios, como por exemplo, gênero, raça ou faixa etária.

Equação 2

$$D_t = \frac{d_t}{L_t} = \frac{\sum_i d_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}} = \frac{\sum_i L_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}} \cdot \frac{d_{i,t}}{L_{i,t}}$$

Equação 3

$$D_t = \sum_i \frac{L_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}} \cdot \frac{d_{i,t}}{L_{i,t}} = \sum_i \varphi_{i,t} D_{i,t}$$

Assim, a participação de cada agrupamento é dada por:

Equação 4

$$\varphi_{i,t} = \frac{L_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}}$$

E os respectivos percentuais de desocupação são definidos por  $D_{i,t}$ . Em síntese, esta abordagem metodológica viabiliza a análise da variação da taxa de desemprego a nível nacional com base em atributos observáveis da mão de obra (gênero, etnia, faixa etária e nível educacional). Adicionalmente, é possível realizar a desagregação entre áreas metropolitanas (RMs) e não metropolitanas (RNMs) e fazer a distinção entre os contextos urbano e rural brasileiro, de forma a enriquecer a compreensão territorial das dinâmicas do mercado laboral.

#### 4.2. Teste de equidade de variância de Levene

O teste de Levene é empregado na comparação da igualdade de variâncias de uma variável calculada para dois ou mais grupos. Um dos motivos para a utilização recorrente do teste em diversas áreas é o fato de não pressupor que as amostras tenham distribuição normal (Almeida; Elian; Nobre, 2008). A hipótese nula do teste pressupõe que as variâncias entre os grupos são homogêneas, enquanto a hipótese alternativa consiste na heterogeneidade das variâncias. Neste trabalho, a aplicação deste teste tem o intuito de analisar as variações das taxas de desocupações e das taxas de participações da PIA em cada grupo étnico e sociodemográfico no mercado de trabalho

brasileiro, entre 2012 e 2022. Tal metodologia também permite identificar a existência de padrões homogêneos ou heterogêneos no comportamento das variáveis.

A estatística de teste é obtida a partir da análise de variância com um único fator, sendo que cada observação é substituída pelo desvio absoluto da variável em relação à média do seu respectivo grupo (Almeida; Elian; Nobre, 2008) dada por:

*Equação 5*

$$W = \left( \frac{N - k}{k - 1} \right) \frac{\sum_{i=1}^k N_i (Z_{i.} - Z_{i..})^2}{\sum_{i=1}^k \sum_{j=1}^{N_i} (Z_{ij} - Z_{i.})^2}$$

Em que:  $k$  é o número de grupos;  $N_i$  é o número de observações do  $i^{\circ}$  grupo;  $N$  é o número total de observações;  $Z_{ij} = |Y_{ij} - \bar{Y}_i|$ ;  $Y_{ij}$  é o valor da variável medida para a  $j^{\circ}$  observação do  $i^{\circ}$  grupo, e;  $\bar{Y}_i$  é a média do grupo  $i$ . Cabe informar que a estatística do teste segue a distribuição F com  $(k - 1)$  e  $(N - k)$  graus de liberdade no numerador e denominador, respectivamente.

### 4.3. Fonte e tratamento dos dados

Neste estudo, são empregados os microdados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 2012. A PNAD Contínua tem como objetivo monitorar as variações e o desenvolvimento da força de trabalho, a curto, médio e longo prazo, além de coletar outras informações relevantes para o estudo do progresso socioeconômico do país (IBGE, 2014).

A amostra utilizada abrange os anos de 2012 a 2022 de forma a dar destaque a dois pontos de inflexão conjuntural nacional: o triênio 2015-17 (crise nacional econômica) e o triênio 2020-22 (pandemia Covid-19). A pesquisa restringe-se aos residentes do Brasil em áreas urbanas e rurais, com a inclusão das Regiões Metropolitanas (RMs) e Não Metropolitanas (RNMs). Além disso, os dados são ponderados de acordo com a representatividade de cada observação. Como ferramenta de análise, utilizou-se o software estatístico Stata, o qual forneceu as informações necessárias para decompor a taxa de desemprego, conforme apresentado na seção de resultados. Em sequência, o

Quadro 1 apresenta as variáveis selecionadas para este estudo e as Tabelas 1 e 2 trazem uma caracterização da amostra, segundo medidas descritivas de distribuição percentual, média e desvio-padrão.

**Quadro 1.** Variáveis categóricas selecionadas na construção da amostra

Gênero	Raça	Nível de Instrução	Faixa Etária	Área de Residência	Região de Ocupação
Homem	Branca	Menos de 1 ano de estudo	14 anos ou menos	Urbana	Metropolitana
Mulher	Negra	Fundamental incompleto	15 a 18 anos	Rural	Não Metropolitana
		Fundamental completo	19 a 24 anos		
		Médio incompleto	25 a 39 anos		
		Médio completo	40 a 49 anos		
		Superior incompleto	50 a 59 anos		
		Superior completo	60 anos ou mais		

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 1.** Distribuição da Amostra por Gênero, Raça, Área de Residência e Região, Brasil, (%) 2012-2022

Variável	Gênero		Raça			Área de Residência		Região	
	Masculino	Feminino	Branca	Negra	Ignorado*	Urbana	Rural	RM	RNM
2012	48,93	51,07	41,71	58,29	0,00	73,15	26,85	37,12	62,88
2013	48,98	51,02	40,70	59,29	0,00	72,53	27,47	37,10	62,9
2014	49,04	50,96	40,40	59,52	0,08	72,12	27,88	37,01	62,99
2015	48,97	51,03	40,44	59,44	0,12	72,24	27,76	36,98	63,02
2016	49,06	50,94	39,99	60,00	0,01	72,21	27,79	37,03	62,97
2017	48,97	51,03	39,58	60,41	0,01	72,21	27,79	36,98	63,02
2018	48,87	51,13	39,37	52,37	0,01	72,28	27,72	36,78	63,23
2019	48,77	51,23	39,10	60,89	0,01	72,39	27,61	36,72	63,21
2020	48,39	51,61	40,02	59,97	0,01	73,83	26,17	36,75	63,24
2021	48,32	51,68	40,41	59,58	0,02	73,20	26,8	35,67	64,33
2022	48,53	51,47	40,16	59,82	0,01	72,81	27,19	36,65	63,35

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024). Nota: \* Na PNAD Contínua, a categoria "Ignorado" refere-se aos casos em que o entrevistado não declarou sua cor ou raça. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como recusa em responder ou impossibilidade de classificação (IBGE, 2022).

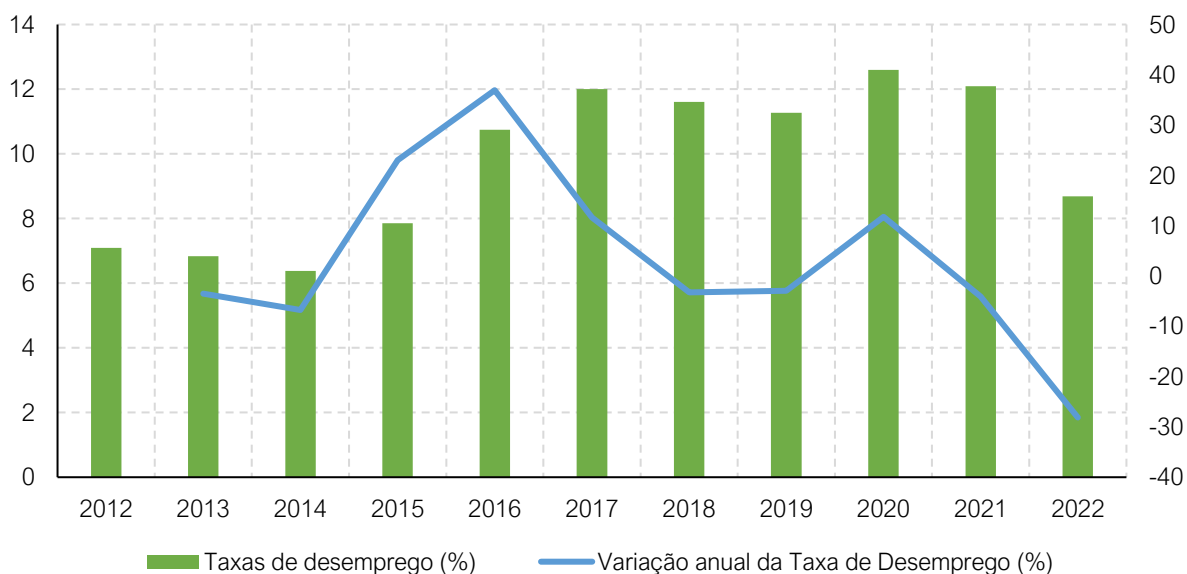
**Tabela 2.** Caracterização da Amostra, segundo Idade e Anos de Estudo: Média e Desvio-padrão, Brasil, 2012-2022

Ano/Variável	Idade		Anos de Estudo	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
2012	32,43	20,96	7,35	4,76
2013	32,76	21,03	7,47	4,77
2014	33,32	21,17	7,59	4,79
2015	33,86	21,29	7,72	4,81
2016	34,23	21,38	7,81	4,85
2017	34,63	21,45	7,99	4,84
2018	35,12	21,61	8,13	4,85
2019	35,51	21,75	8,25	4,87
2020	36,34	21,88	8,50	4,87
2021	37,03	22,05	8,43	4,90
2022	37,05	22,15	8,45	4,93

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

## 5. Análise e discussão de resultados

Diante dos objetivos propostos, na presente seção, empreende-se a análise dos resultados obtidos, iniciando pela Tabela 1 com destaque às taxas de desemprego nacionais, ao longo do intervalo temporal. Este exame aprofundado visa identificar a relação entre características individuais e locais dos grupos populacionais e impactos do desemprego, durante o período supracitado.

**Figura 1.** Desemprego, taxa e variação anual, Brasil, 2012-2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Entre 2012 e 2014, as taxas de desemprego apresentaram tendência decrescente de 7,09% para 6,38% impulsionada pelo crescimento econômico<sup>2</sup> nacional proveniente, em parte, da expansão significativa no mercado de commodities e da ampliação da demanda global por esses bens, devido à expansão econômica chinesa e de outros países em desenvolvimento (Sessa; Simonato; Domingues, 2017). Outros fatores, como o acesso facilitado ao crédito para as famílias, com a implementação de programas do Governo, como o Minha Casa, Minha Vida, e eventos específicos, como a Copa do Mundo FIFA, realizada no Brasil, em 2014, favoreceram o decréscimo da taxa de desocupação entre 2012 e 2014 (Mattos, 2015; Mattei, 2020).

Nessa perspectiva, as condições expostas estimularam a criação de empregos, apesar de esse cenário positivo não perdurar, devido aos desafios econômicos nacionais impostos, a partir de 2015, incluindo desaceleração econômica global, queda nos preços das commodities e crises políticas internas. Em 2015, a economia brasileira enfrentou retração significativa de 3,8%, uma das mais profundas de sua história (Amorim Neto, 2016), com aumento de 23,04% na taxa de desemprego, em relação ao ano anterior. Essa elevação foi impulsionada por mudanças na política econômica com ajustes fiscais contracionistas e descontrole do processo inflacionário, instabilidade política em virtude de escândalos de corrupção, ocorridos de 2014 a 2016, e redução de investimentos, devido à incerteza sobre os rumos da economia brasileira (Pochmann, 2015; Chahad, 2016; Mattei, 2020).

Posteriormente, em 2017, com o propósito de fomentar a formalização dos vínculos laborais e o acréscimo do número de empregos disponíveis, a proposta de Reforma Trabalhista tornou-se lei, em novembro, durante o mandato de Michel Temer (2016-18), e entrou em vigor, no final do mesmo ano. Foram adotados cortes nos custos diretos e indiretos empresariais com a força de trabalho, resultantes de flexibilização das leis trabalhistas, facilidade de contratação e demissão de funcionários e da redução de encargos trabalhistas e previdenciários (Filgueiras; Krein; Oliveira, 2019).

Em 2020 (primeiro ano pandêmico), observou-se o acréscimo de 11,80% no percentual de desocupação em comparação a 2019. O fechamento generalizado de empresas, a contração da atividade econômica e a incerteza econômica predominante

---

<sup>2</sup> O PIB nominal atingiu R\$ 4,8 trilhões, R\$ 5,3 trilhões e R\$ 5,8 trilhões em 2012, 2013 e 2014, respectivamente (IBGE, 2016).

resultaram em demissões em larga escala com impactos em setores diversos, notadamente, no turismo, na indústria e no segmento de serviços. Especificamente, os setores de turismo e serviços, caracterizados por mão de obra informal, em maior intensidade, foram, profundamente, impactados pelas medidas de distanciamento social. No contexto de demissão em massa, a ausência de proteção social para trabalhadores informais os colocou em posição ainda mais vulnerável, privando-os de relativa segurança financeira para enfrentar a crise (Barbosa; Costa; Hecksher, 2020; Mattei; Heinen, 2020). Adicionalmente, as medidas governamentais para conter os efeitos prejudiciais da pandemia sobre a esfera econômica, embora implementadas, não lograram conter, de maneira suficiente, o substancial incremento do desemprego (Auler, 2022). Por fim, retomando a Figura 1, nota-se uma possível recuperação do mercado laboral, evidenciada pela redução significativa da taxa de desemprego de 28,12%, ao passar de 12,09%, em 2021, para 8,69%, em 2022.

Em síntese, esta primeira análise longitudinal dos anos de 2012 a 2022 revela uma trajetória multifacetada das taxas de desemprego no contexto brasileiro. Inicialmente, constata-se a tendência decrescente do desemprego, de 2012 a 2014, dada a variação negativa de 10,01%, influenciada pelo crescimento econômico de 16,68%, em 2014, equiparado a 2012 (IBGE, 2016). A partir de 2015, no entanto, observa-se a ascensão nos percentuais de desocupação e, posteriormente, o impacto acentuado decorrente da pandemia deflagrada, em 2020, precipitou uma série de demissões em grande escala.

Em conformidade com Pinto (2023), a subsequente fase de recuperação, embora marcada por desafios inerentes, delineada pelos dados de 2022, sugere ressurgência econômica para o Brasil e perspectivas de superação do período pandêmico e um cenário laboral brasileiro menos instável. Ademais, a revitalização econômica, pós-pandemia da Covid-19, mostra-se um processo gradual e complexo, influenciado por diversos fatores, como a eficácia das políticas públicas implementadas, a exemplo do Auxílio Emergencial, da confiança dos agentes econômicos, do progresso da vacinação, entre outros.

## 5.1. Desocupação nacional: Participação na PIA e contribuição de fatores sociodemográficos e regionais

A taxa de participação na População em Idade Ativa é a razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, é a parcela de indivíduos de idade igual ou superior a 14 anos aptos a trabalhar. Assim, a taxa de participação expressa a proporção da PIA economicamente ativa, ou seja, pertencente à força de trabalho (empregada ou desempregada). Quando a taxa de participação na PIA diminui, a taxa de desocupação também tende a decrescer e, de maneira intuitiva, se menos pessoas estão na busca ativa por emprego, a proporção de desempregados em relação à força de trabalho total é reduzida, o que resulta em menor taxa de desemprego.

Em contraste, a determinação da taxa de contribuição ponderada de cada grupo social para a taxa global é obtida por meio do produto entre a taxa de participação (% da PIA) e a taxa de desocupação. Dessa forma, é possível delinear a contribuição relativa de cada grupo para a taxa nacional de desocupação total, ao longo do período em questão. Dito isso, a seguir, as Figuras 2 e 3 contemplam, detalhadamente, as taxas globais de desocupação, participação e contribuição, desagregadas por gênero. Preliminarmente, ressalta-se a nítida disparidade no comportamento dos efeitos desses fenômenos entre homens e mulheres.

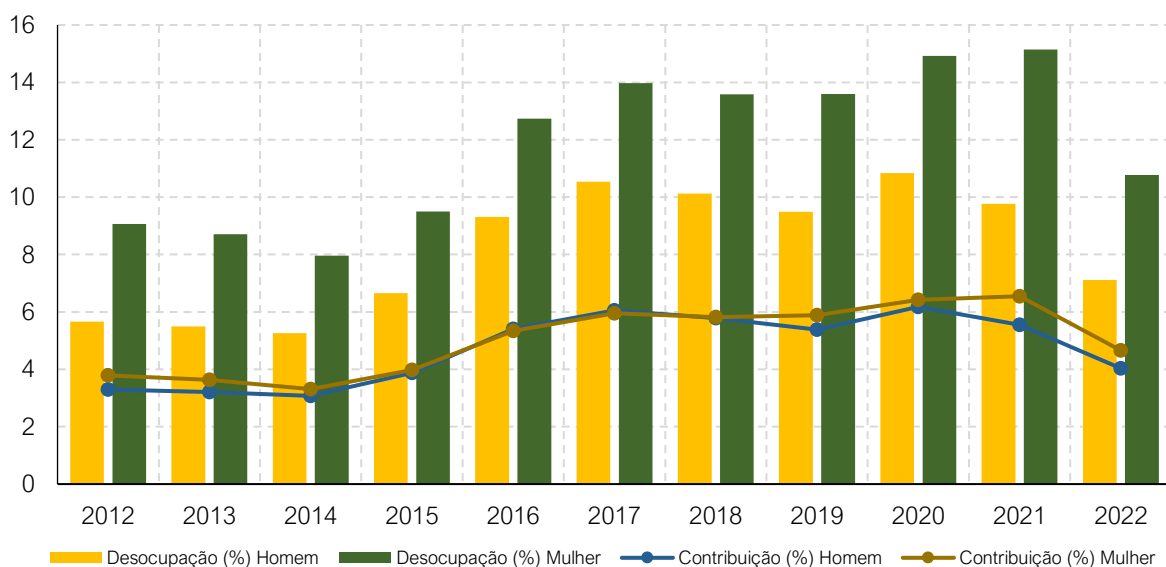
Infere-se que a média anual da taxa de desocupação feminina, ao longo do período, situa-se próxima a 11,81%, enquanto a masculina é inferior (8,2%). Há prevalência de índices de desemprego superiores entre as mulheres, em todos os anos, com destaque para 2021, marcado pela pandemia de COVID-19. Conforme Brito (2020), em setembro de 2020, a taxa de desocupação feminina alcançou 16,9%, em contraste à masculina de 11,8%, o que reforça que o desemprego gerado, durante o período pandêmico, ampliou disparidades de gênero estruturais históricas no mercado de trabalho brasileiro.

Somente, em 2016 e 2017, os homens superaram, marginalmente, as mulheres em contribuição para as taxas de desocupação, com o registro de 5,41% e 5,34%, respectivamente, em 2016, e de 6,05% e 5,95%, em 2017. Este período foi caracterizado por profunda crise econômica e política brasileira, durante a qual, conforme Mattei e



Cunha (2020), de 2013 a 2016, o emprego formal reduziu quase 6% com queda de aproximadamente 3 milhões de postos de trabalho. Dessa forma, no intervalo de 2012 a 2017, é possível observar como os avanços anteriores, ilustrados por menores índices de desemprego, foram superados de maneira significativa, contudo, no período de 2017 a 2022, observa-se o contrário: notável retração das taxas de desocupação. Os resultados demonstram, portanto, a forma heterogênea, segundo a qual mulheres e homens são acometidos pelo desemprego, revelando-se as mulheres mais suscetíveis às oscilações conjunturais do mercado laboral.

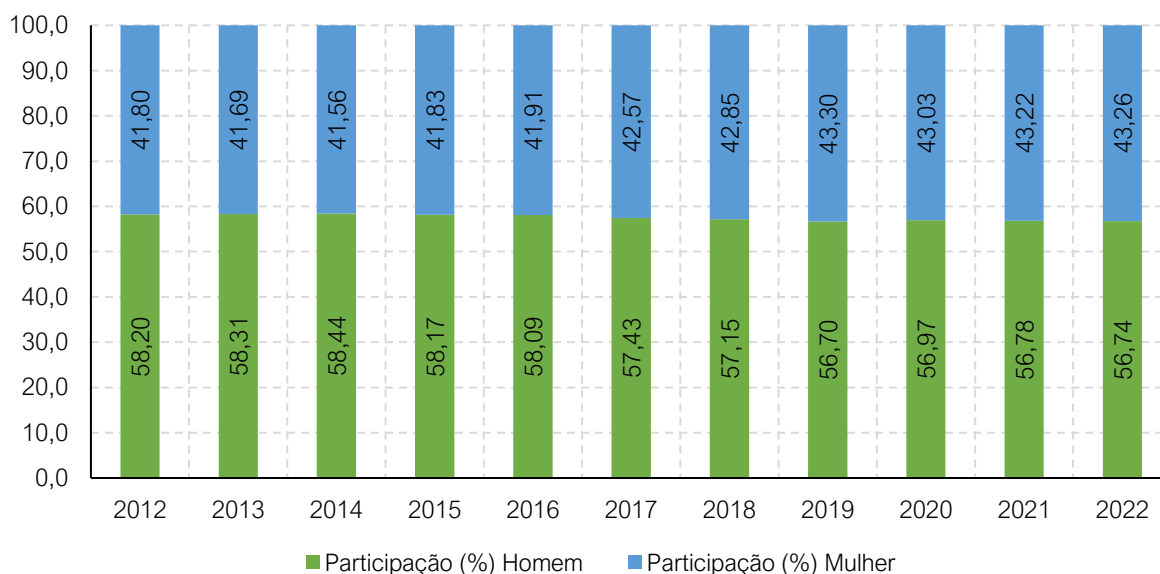
**Figura 2.** Taxas de desocupação e contribuição ponderada por gênero (%), Brasil, 2012-22



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Na sequência, a Figura 3 retrata a participação por gênero na taxa de desocupação, entre 2012 e 2022. Este indicador conservou-se em equilíbrio, até 2017, entretanto, no ano subsequente, observa-se modesto incremento de 42,85% para pouco mais de 43,3% da representação feminina na PIA. Nota-se uma dinâmica contraditória, na qual indivíduos do gênero feminino constituem fatia numericamente majoritária da população<sup>3</sup>, todavia, paradoxalmente, possuem representação proporcionalmente inferior em comparação aos homens no mercado de trabalho (Lima, Da Silva, Cavini, 2019).

<sup>3</sup> Conforme o IBGE (2022), as mulheres compunham 51,1% da população nacional, enquanto os homens representavam 48,9%, não sendo observadas alterações substanciais em comparação a 2012.

**Figura 3.** Participação por gênero na taxa de desocupação (%), Brasil, 2012-2022

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

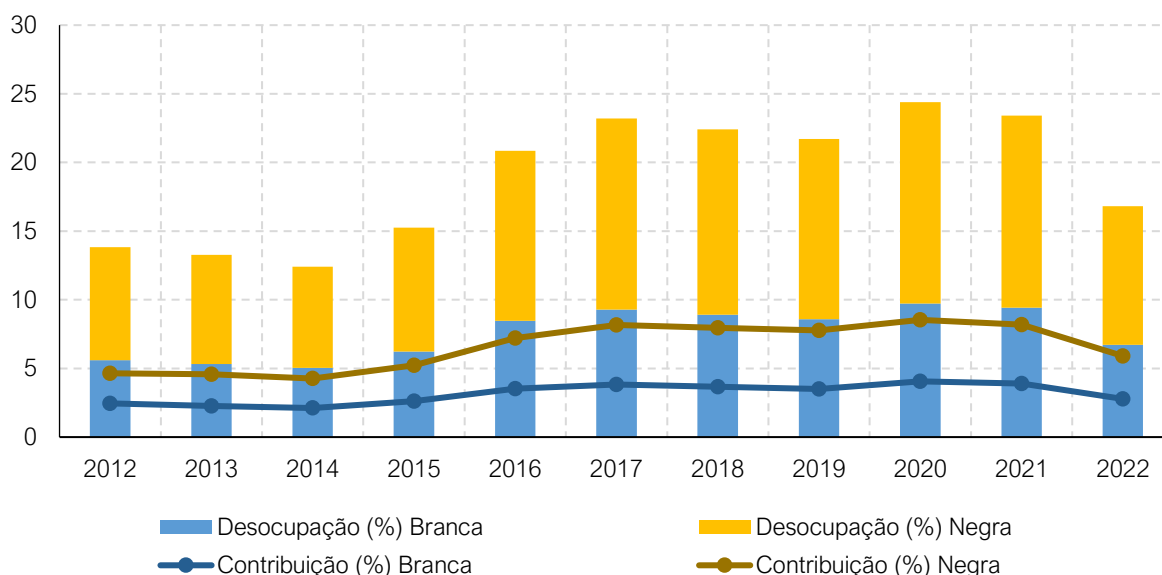
Ressalta-se, ainda, que, por mais ínfima que se revele a variação da participação feminina na PIA, o acréscimo de 1,46% (41,80% para 43,26%), ao longo de onze anos, reitera o movimento delineado de persistente aspiração feminina pela sua presença ampliada no cenário laboral, diante da tarefa de conciliar trabalhos produtivos e reprodutivos, em muitos lares. Ademais, o coletivo feminino segue suscetível a índices relativamente mais elevados de inatividade em comparação aos homens, apesar do nível educacional superior (Lima; Da Silva; Cavini, 2019).

Sequencialmente, são apresentadas, na Figura 4, as taxas de desocupação e contribuição, sob a perspectiva de raça, a partir de adequada manipulação dos dados, conforme preceitos metodológicos do IBGE (Osório, 2003). Os dados associados às categorias de cor autodeclarada como brancos e amarelos foram agrupados, sob a variável racial branca, ao passo que os autodeclarados pretos e pardos são definidos como da raça negra. Por fim, em virtude do padrão cultural e de socialização particular dos indivíduos indígenas, estes foram, deliberadamente, excluídos da análise.

Em primeiro lugar, destaca-se que a autodeclaração da população brasileira, majoritariamente, se orienta para o espectro de cor preta ou parda, o que configura parcela superior a 56% da PEA como sendo da raça negra. Adversamente, este agrupamento social experimenta maior incidência de impacto do desemprego, em todos os períodos, com agravamento substancial, ao longo dos anos. De 2020 a 2021, período

em que este conglomerado demográfico reportou taxas anuais de desemprego na escala de 14%, ressalta-se o diferencial aproximado de 40% em relação às taxas da raça branca (brancos e amarelos). Desse modo, alinha-se à tendência ascendente do desemprego nacional total de 2012 a 2017, de 2020 a 2021 e sua proeminente retração, em 2022.

**Figura 4.** Taxa de desocupação e contribuição ponderada por raça, Brasil, 2012-22



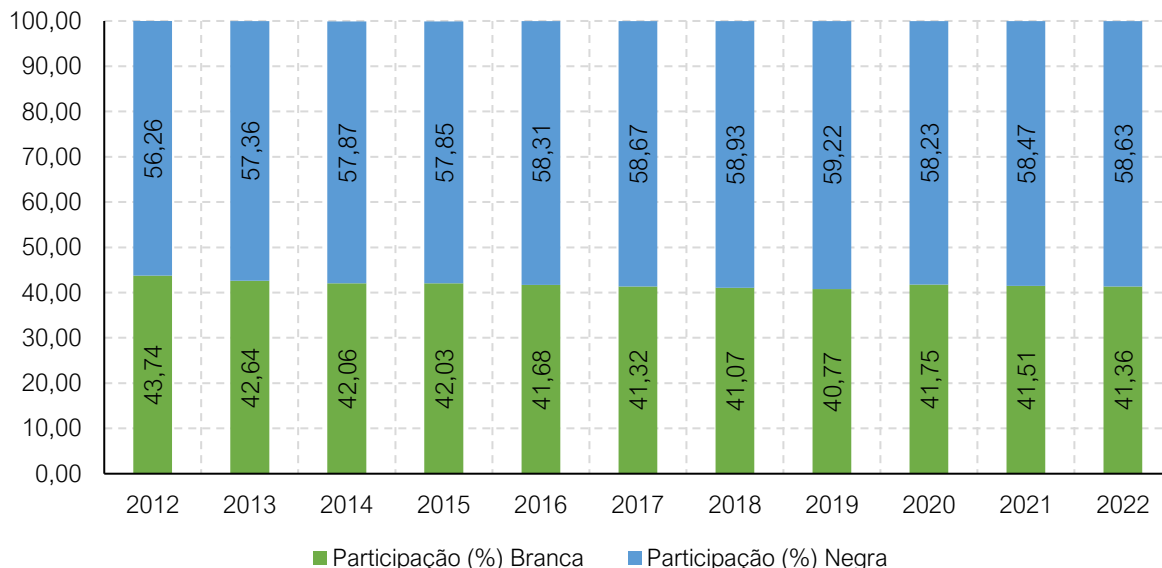
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

De forma complementar, na análise das taxas de contribuição para a desocupação (Figura 5), a população negra apresenta o dobro da contribuição oriunda dos indivíduos brancos. Em 2014, no entanto, destaca-se o menor índice de contribuição por parte dos indivíduos negros (4,26%), um ano caracterizado pelo desempenho mais favorável do mercado de trabalho como um todo, quando se denota o declínio da contribuição desse grupo pouco inferior a 6% em relação a 2013.

Cabe informar que os testes de equidade realizados para a significância da variância entre raças, seus resultados corroboram resultados anteriores, uma vez que as oscilações na taxa de desemprego entre brancos e negros foram heterogêneas, ao longo do período. Isso equivale a dizer que as variações na taxa de desocupação foram relativamente mais intensas para negros. O mesmo padrão foi observado para contribuição de cada grupo para a taxa de desocupação, de modo que as variações, entre 2012 e 2022, apresentaram comportamentos distintos entre ambos os grupos,

sendo maior a variabilidade para os negros. A seguir, na Figura 6, registra-se as taxas de desocupação conforme o nível de instrução.

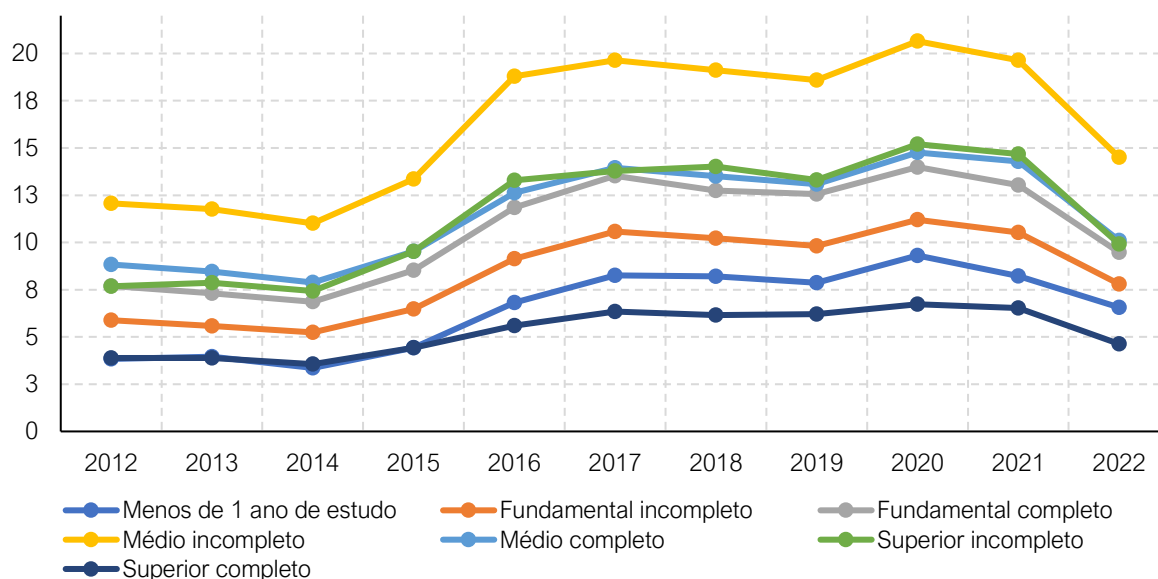
**Figura 5.** Participação por raça na taxa de desocupação, Brasil, 2012-22



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Observa-se que a coletividade com ensino médio incompleto denota as mais elevadas taxas de desocupação, ascendendo de 12,07%, em 2012, para 14,5%, em 2022. Além deste contingente, aqueles com ensino médio completo, superior incompleto e fundamental completo também evidenciam taxas substancialmente elevadas de desemprego: 10,1%, 9,91% e 9,47%, respectivamente, ao término de 2022. Em contraste, os indivíduos portadores de ensino superior completo ostentam menores taxas de desemprego, durante todo o período, sendo o pico, em 2020, ano de início da pandemia de COVID-19.

Sobre o teste de equidade para variância, entre 2012 e 2022, identificou-se uma especificidade importante para indivíduos com ensino superior completo. As variações da taxa de desocupação, ao longo do período, foram homogêneas para quase todos os grupos de escolaridade analisados. A exceção é a mão de obra com ensino superior completo, que não apresentou similaridade com nenhum outro grupo. Desse modo, o descolamento desse último, em relação aos demais grupos, confirma os menores efeitos do desemprego para essa população específica, conforme mencionado anteriormente.

**Figura 6.** Taxa de desocupação intragrupo por escolaridade, Brasil, 2012-22

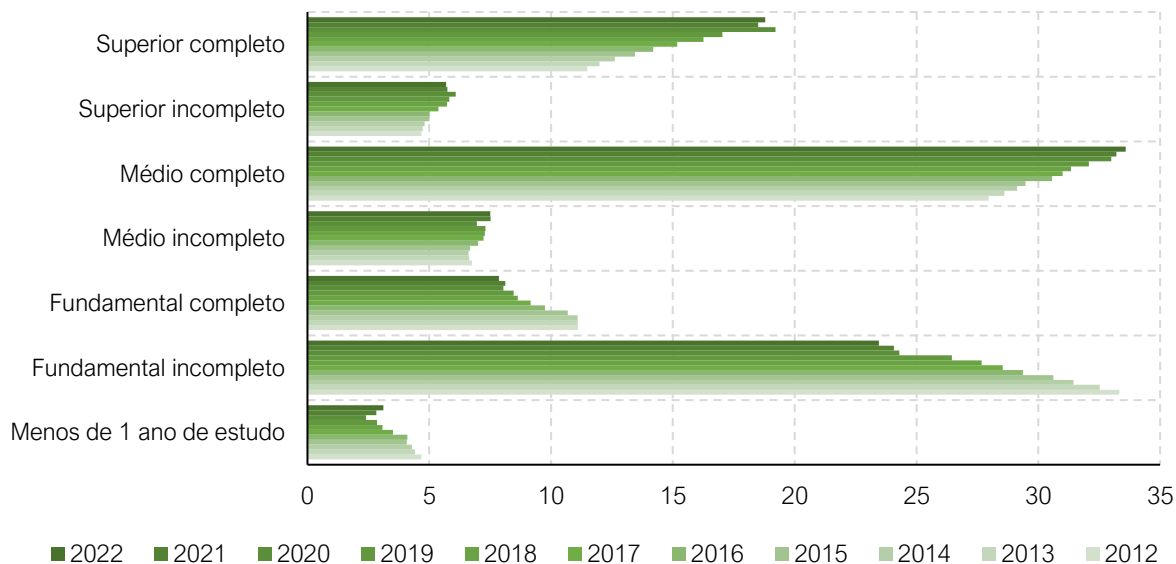
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Nesse cenário, as transformações no ambiente laboral impactam os trabalhadores em relação às demandas impostas sobre os mesmos. As organizações têm passado por diversas modificações, ao longo do tempo, influenciadas por fatores, como a contínua evolução tecnológica global, o impacto desse progresso tecnológico, as novas modalidades de estrutura e configuração empresarial, o surgimento de novos produtos e serviços, e as inovações nos métodos de trabalho (Chiavenato, 2014). Em consequência, observa-se busca maior por qualificação da mão de obra, com o objetivo de adequação às novas exigências do mercado de trabalho, durante esse período de desaceleração (Ribeiro, 2016). Na sequência, a Figura 7 permite visualizar a mudança relacionada ao principal estrato participante no índice de desocupação.

No ano de 2012, a parcela populacional detentora de ensino fundamental incompleto figurava como representante preponderante entre os desempregados (33,33%), ao passo que o contingente com ensino médio completo alcançava a participação de 27,97%, contudo, as posições foram invertidas, ao se atingir o ano de 2022. A mão de obra com ensino médio completo superou a parcela equivalente ao ensino fundamental incompleto, ao registrar pesos relativos de 33,58% e 23,46%, respectivamente. É imprescindível destacar a alteração ocorrida, entre 2012 e 2022, com a elevação da participação na taxa de desocupação dos grupos de nível de instrução mais elevado. A população com ensino fundamental completo teve sua participação

reduzida em 29,18%, enquanto a participação do grupo com ensino superior completo cresceu cerca de 63,67%, ao passar de 11,98%, em 2012, para 18,79%, em 2022.

**Figura 7.** Participação por escolaridade na taxa de desocupação, Brasil, 2012-2022



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

De forma complementar, na sequência, na Tabela 1, é apresentada a contribuição para a taxa de desemprego por grau de escolaridade. Outrossim, percebe-se, ao longo do recorte temporal, como a força de trabalho com ensino médio completo exibe contribuição proeminente (de 2,47%, em 2012, a 3,39%, em 2022) em relação aos outros agrupamentos, seguido pelo grupo associado ao ensino fundamental incompleto (1,96% a 1,83% no mesmo período).

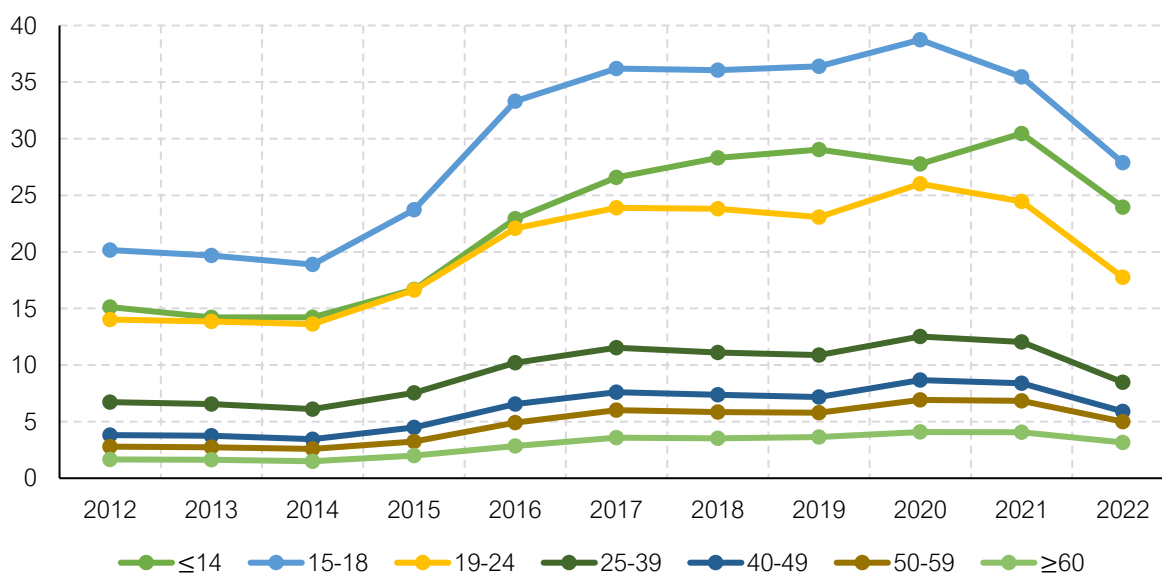
**Tabela 3.** Taxa de contribuição ponderada por escolaridade, Brasil, 2012-2022

Escolaridade	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Menos de 1 ano de estudo	0,18	0,18	0,14	0,18	0,28	0,29	0,25	0,22	0,22	0,23	0,20
<b>Fundamental incompleto</b>	<b>1,96</b>	<b>1,81</b>	<b>1,65</b>	<b>1,98</b>	<b>2,68</b>	<b>3,02</b>	<b>2,83</b>	<b>2,60</b>	<b>2,72</b>	<b>2,53</b>	<b>1,83</b>
Fundamental completo	0,85	0,81	0,76	0,91	1,16	1,24	1,10	1,06	1,13	1,06	0,74
Médio incompleto	0,82	0,78	0,73	0,89	1,32	1,42	1,39	1,36	1,44	1,48	1,09
<b>Médio completo</b>	<b>2,47</b>	<b>2,42</b>	<b>2,30</b>	<b>2,81</b>	<b>3,86</b>	<b>4,32</b>	<b>4,23</b>	<b>4,20</b>	<b>4,87</b>	<b>4,74</b>	<b>3,39</b>
Superior incompleto	0,36	0,37	0,36	0,48	0,67	0,74	0,80	0,78	0,93	0,84	0,56
Superior completo	0,45	0,46	0,45	0,59	0,80	0,96	1,00	1,06	1,29	1,21	0,87
<b>Total</b>	<b>7,09</b>	<b>6,84</b>	<b>6,38</b>	<b>7,85</b>	<b>10,75</b>	<b>12,00</b>	<b>11,61</b>	<b>11,27</b>	<b>12,60</b>	<b>12,09</b>	<b>8,69</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Torna-se explícito o impacto adverso sobre os jovens, com destaque aos indivíduos de 15 até 18 anos, cujas taxas de desocupação são as mais elevadas, independentemente do ano de análise. Esse grupo (idade correspondente ao intervalo de cursantes do ensino médio) registra índices de desocupação de 20,17%, em 2012, e 27,87%, em 2022. Tais cifras evidenciam sua dificuldade enfrentada de inserção na esfera laboral, ao considerar a limitada capacitação e o empecilho adicional decorrente da ausência de experiência, uma vez que a idade é interpretada como proxy para a experiência (Brito, Silva, Rossi, 2021). Na sequência, na Figura 8, são apresentadas as taxas de desocupação associadas às distintas faixas etárias.

**Figura 8.** Taxa de desocupação intragrupo por faixa etária, Brasil, 2012-2022



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

No que concerne ao teste de equidade para variância resultados corroboram os apontamentos anteriores de que as variações da taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) não ocorreram, de forma homogênea, quando comparadas às variações do desemprego das demais faixas etárias. Sobre isso, cabe mencionar a dificuldade de inserção social da juventude no Brasil, a qual, contribui, portanto, para o prolongamento do processo de transição para a vida adulta. Esse fato é justificado, primeiramente, pela extensão da permanência do jovem na escola e, mais recentemente, pelo fenômeno

conhecido como geração nem-nem<sup>4</sup>, isto é, a parcela da juventude contemporânea que não exerce atividades laborais e não se dedica aos estudos (Camarano, Kanso, 2012).

Conforme Tillmann e Comim (2016), ganham destaque variáveis relacionadas à escolaridade dos pais e aquelas que espelham a situação domiciliar, as quais evidenciam a presença de transmissão intergeracional de escolaridade e renda, elementos cruciais para o desenvolvimento do capital humano da juventude. Além disso, no panorama feminino, é relevante ressaltar a influência da residência em áreas rurais e do estado civil, principalmente, do casamento e da maternidade precoce na decisão de interromper os estudos. De maneira sequencial e complementar, a Figura 9 ilustra a taxa de participação na taxa de desemprego segmentada por faixa etária.

No que tange à participação desses segmentos etários, destaca-se a maior concentração da força de trabalho de indivíduos na faixa etária entre 25 e 39 anos, constituindo, em média, mais de 34%, no período. Outro ponto de relevância é o incremento da participação na taxa de desemprego da população mais sênior, em detrimento da faixa etária mais jovem.

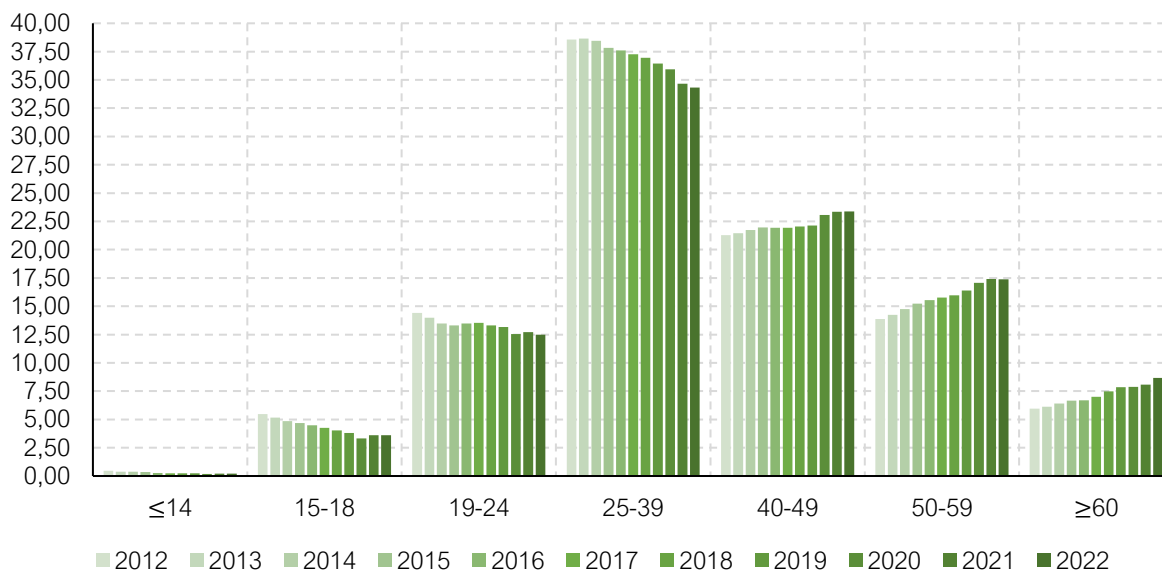
Esse fenômeno evidencia o processo de envelhecimento do mercado de trabalho brasileiro. Nesse cenário, a entrada de jovens na PEA é retardada, uma escolha fundamentada, às vezes, na busca por aprimoramento educacional mais substancial, conforme por Barbosa Filho e Pessoa (2011), entretanto, é importante notar que, em diversas ocasiões, esses indivíduos se deparam com a ausência de perspectivas para a inserção ou reinserção laboral, fenômeno conhecido como efeito desalento<sup>5</sup> (Long, 1953).

---

<sup>4</sup> Utilizam-se diversas denominações para os jovens não envolvidos em atividades de estudo ou trabalho: jovens sem estudo sem trabalho, jovens nem-nem e jovens sem trabalhar e sem estudar (Silva, Vaz, 2022). Segundo a Agência Brasil (2023), o Relatório da OCDE aponta que, de 37 países, Brasil é o segundo com maior proporção de jovens de 18 a 24 anos sem estudar e trabalhar (36%). Para maiores detalhes acesse: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/3197152b-en/index.html?itemId=/content/publication/3197152b-en>.

<sup>5</sup> Em períodos de retração econômica, a remuneração prospectada e a probabilidade de obtenção de colocação se encontram em patamares mais reduzidos, e os trabalhadores desempregados optam por interromper suas atividades de busca por emprego, o que resulta em diminuição na taxa de participação na força de trabalho (Long, 1953).



**Figura 9.** Participação por faixa etária na taxa de desocupação, Brasil, 2012-2022

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Em conformidade com Gomes e Pamplona (2015), os estudos sobre a transição demográfica mudaram o foco da explosão populacional para a compreensão do baixo crescimento da população, especialmente, devido às baixas taxas de fecundidade, desde a década de 1970. Além disso, houve crescimento na expectativa de vida e diminuição na taxa de mortalidade, responsáveis pelas alterações na estrutura etária, com a representação da população idosa proporcionalmente maior em relação a períodos anteriores. De forma encadeada, a seguir, a Tabela 2 expõe a contribuição percentual das distintas faixas etárias para a taxa de desocupação.

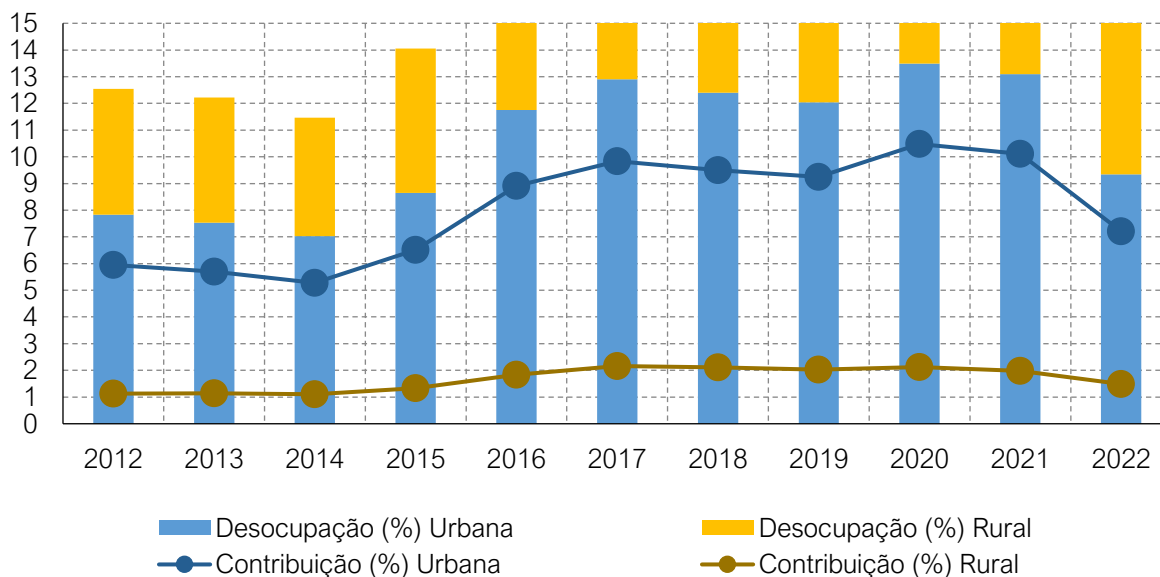
**Tabela 4.** Taxa de contribuição ponderada por faixa etária, Brasil, 2012-22

Faixa etária	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
≤14 anos	0,07	0,05	0,05	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,05	0,06	0,05
15-18 anos	1,10	1,02	0,91	1,11	1,49	1,54	1,45	1,38	1,29	1,28	1,00
<b>19-24 anos</b>	<b>2,02</b>	<b>1,94</b>	<b>1,84</b>	<b>2,21</b>	<b>2,98</b>	<b>3,24</b>	<b>3,17</b>	<b>3,03</b>	<b>3,26</b>	<b>3,11</b>	<b>2,21</b>
<b>25-39 anos</b>	<b>2,59</b>	<b>2,53</b>	<b>2,35</b>	<b>2,86</b>	<b>3,83</b>	<b>4,29</b>	<b>4,11</b>	<b>3,97</b>	<b>4,50</b>	<b>4,17</b>	<b>2,91</b>
40-49 anos	0,81	0,81	0,75	0,99	1,43	1,67	1,62	1,59	2,00	1,96	1,38
50-59 anos	0,39	0,39	0,38	0,50	0,76	0,95	0,93	0,95	1,18	1,19	0,87
≥60 anos	0,10	0,10	0,10	0,13	0,19	0,25	0,26	0,29	0,32	0,33	0,27
<b>Total</b>	<b>7,08</b>	<b>6,84</b>	<b>6,38</b>	<b>7,85</b>	<b>10,75</b>	<b>12,00</b>	<b>11,61</b>	<b>11,27</b>	<b>12,60</b>	<b>12,09</b>	<b>8,69</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Torna-se mais explícito como os jovens, de maneira geral, representam ponderação mais significativa na composição da taxa global de desocupação, em qualquer período, contudo, os indivíduos com 60 anos ou mais apresentaram a maior variação positiva na taxa de contribuição, cerca de 170% de 2012 a 2022. É imperativo ressaltar como, a partir do desencadeamento da crise brasileira no final de 2014, o estímulo à inserção no mercado de trabalho experimentou diminuição significativa. Nesse contexto, as taxas de contribuição apresentaram redução, até meados de 2014, quando a dinâmica se inverteu, posteriormente, resultando em impacto severo sobre o desemprego, em consonância com as tendências observadas nos demais grupos analisados. Esse panorama apresentou melhora significativa, em 2018, sinalizando relativa recuperação do mercado laboral brasileiro, com o fim da crise nacional, e manteve-se, até 2020, quando sofreu os impactos negativos da pandemia Coronavírus. A Figura 10, a seguir, revela as taxas de desocupação, participação e contribuição segmentadas segundo área de residência (urbana ou rural).

**Figura 10.** Taxas de desocupação, participação e contribuição ponderada por área de residência, Brasil, 2012-22



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Nota-se que a população residente em centros urbanos se confronta com taxas de desocupação superiores às das populações rurais. O cenário mais desfavorável foi registrado, em 2020, quando as taxas de desemprego da zona rural e urbana atingiram, respectivamente, 9,48% e 13,49%. Entre 2012 e 2022, o índice de desemprego para os

habitantes rurais experimentou variação de 38,21%, em contraste com a variação de 19,28% observada para a população urbana.

Quanto à proporção de ambas as áreas em relação ao todo, nota-se movimento de êxodo da população rural para os centros urbanos. A participação da área urbana evidenciou acréscimo de 1,57%, ao longo do período, ao passo que a participação rural decresceu em 5%. Segundo Paulo e Tabosa (2018), mesmo durante um período econômico favorável com melhora na qualidade do emprego no Brasil, entre 2002 e 2011, as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas foram mais precárias em comparação aos não agrícolas o que contribuiu para este processo de migração.

No que diz respeito ao teste de equidade de variâncias em relação à contribuição dessas áreas na taxa de desocupação, identificou-se variação heterogênea da parcela de cada área para a taxa de desemprego. Os resultados do teste mostraram que a contribuição da área urbana para a desocupação total variou, mais intensamente, em comparação àquelas verificadas para a área rural. Ao realizar análise da contribuição atribuída pela área de residência do indivíduo, se evidencia, conforme esperado, a marcante influência que as zonas urbanas exercem sobre a taxa de desocupação global, responsáveis por contribuir com expressivos 82% da taxa total de desemprego, em 2022, fenômeno elucidado pela significativa aglomeração populacional característica desse recorte geográfico. Já na Figura 11, é apresentado o panorama relativo às taxas de desocupação, participação e contribuição, segmentadas por região.

Nessa conjuntura, a taxa de desocupação nas regiões metropolitanas supera aquela nas regiões não metropolitanas<sup>6</sup>, em todos os anos. Em 2012, por exemplo, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas alcançou 8,59%, enquanto as regiões não metropolitanas registraram taxa de 6,11%. Ao término do intervalo temporal, as RNMs e as RMs testemunharam índices de desocupação situados em torno de 7,18% e 10,98%, respectivamente, portanto, revelando crescimento em ambas as zonas, em consonância com os padrões apresentados em segmentos anteriores. Ressalta-se, ainda, que o teste de equidade para variâncias identificou padrão homogêneo das variações da taxa de desocupação e da contribuição para a desocupação entre as

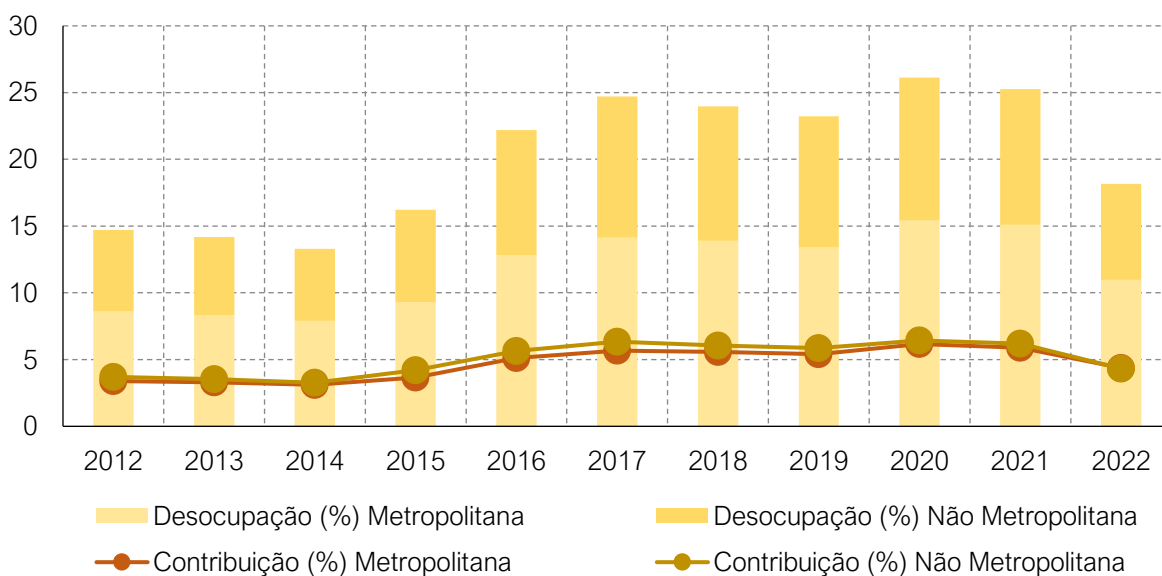
---

<sup>6</sup> O recorte utilizado para as regiões metropolitanas (RMs), em concordância com o Dicionário de Microdados da PNAD Contínua (IBGE, 2022), compreende as capitais, a Região Metropolitana, com a exclusão da capital, e a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Assim, as demais unidades da Federação foram referidas como regiões não metropolitanas (RNMs).

regiões metropolitanas e não metropolitanas, em consonância aos resultados da Figura 11.

De acordo com Pochmann (2015), o incremento significativo do desemprego nas áreas metropolitanas do Brasil, a partir de meados de 2014, está, diretamente, ligado à implementação de políticas de ajuste econômico. Essas medidas resultaram em recessão, nos anos de 2015 a 2017, e foram responsáveis por reverterem as ações anticíclicas adotadas, anteriormente, e pela inversão na trajetória do desemprego. Em relação à inserção no cenário laboral, a partir destas variáveis, evidencia-se a predominância de indivíduos situados em RNMs, com a representação de 60,61%, em 2012, e 60,13%, em 2022. De maneira adicional, depreende-se que a participação proveniente da RM experimentou acréscimo de 1,21%, ao longo do período em análise, com elevação de 39,39%, em 2012, para 39,87%, em 2022.

**Figura 11.** Taxas de desocupação, participação e contribuição ponderada por região, Brasil, 2012-22



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Desse modo, mesmo em períodos de recrudescimento do desemprego, verifica-se busca da população por RMs, demarcadas como espaços territoriais propícios a maior leque de oportunidades laborais, contudo, no período pandêmico de 2020 a 2022, esse cenário apresentou reversão, com deslocamento demográfico para as RNMs (Feitoza, Simões, 2023). Por fim, é possível constatar como a contribuição desses grupos se aproxima, significativamente, quase com equivalência, em 2022, quando as RMs e RNMs

apresentaram, respectivamente, contribuições de 4,38% e 4,32% para a taxa de desocupação.

## 6. Considerações finais

O presente trabalho buscou identificar os principais fatores capazes de influenciar a taxa de desemprego no Brasil, sob as perspectivas individual e regional, no período de 2012 a 2022. Primeiramente, pode-se inferir que, apesar da melhoria nas condições de emprego, até meados de 2014, a situação do mercado de trabalho brasileiro se deteriorou, significativamente, a partir de 2015, ano mais crítico da crise nacional, quando o aumento do desemprego afetou os agrupamentos sociais, de forma desigual.

Os índices de desocupação foram mais acentuados entre mulheres, pretos e pardos (negros), jovens, pessoas com educação de nível médio, residentes das áreas urbanas e habitantes das regiões metropolitanas. Esses resultados confirmam a hipótese deste estudo de que o desemprego impacta, de forma significativa, grupos populacionais estrutural e socialmente mais vulneráveis, os quais têm probabilidade maior de permanecerem também na inatividade, tal como mostra a literatura aqui discutida.

Acerca do mérito deste estudo, destaca-se os recortes sociodemográfico, regional e temporal utilizados, bem como a contribuição empírica embasada em metodologia e base de dados consolidadas na literatura, com foco nos efeitos da crise nacional, em dois períodos distintos e muito importantes, conjuntamente, para a nação. Já a limitação do estudo pauta-se no fato de o método ser descritivo exploratório, o qual não inclui abordagens de Inferência Estatística, análises de regressão e previsão econômica para complementar os resultados apresentados.

Dito isso, para investigações futuras propõe-se: incluir a Análise de Regressão, aumentar o período de amostragem para avaliar as tendências temporais e os efeitos relacionados às políticas econômicas adotadas, durante o mandato de Lula, iniciado em 2023. Ademais, sugere-se avaliar os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado, em 2022, sobre o mercado de trabalho brasileiro.

## Referências

- ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 212-221, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- AMORIM NETO, O. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, n. 52, p. 59-77, 2016. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri52/RI52\\_art04\\_OAN.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri52/RI52_art04_OAN.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.
- AULER, L. H. E. **Os impactos da crise de Covid-19 para o mercado de trabalho brasileiro a partir dos indicadores produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2022. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/241109>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BANERJEE, A. et al. Why Has Unemployment Risen in the New South Africa? **Working Paper 13167**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2007.
- BARBOSA, A. L. N. D. H.; COSTA, J. S. D. M.; HECKSHER, M. D. **Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?** 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt\\_69\\_mercdetrabalho.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. A. Uma Análise da Redução da Taxa de Desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 39., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.
- BRITO, D. J. M. D. A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro. **Outubro**, v. 1, p. 1-15, 2020.
- BRITO, D. J. M. D.; SILVA, M. V. A.; ROSSI, M. C. T. Abordagem hierárquico-espacial dos fatores que afetam a participação no mercado de trabalho brasileiro. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11700/1/PPE\\_v51\\_n03\\_Artigo7\\_a\\_bordagem\\_hierarquicoEspacial.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11700/1/PPE_v51_n03_Artigo7_a_bordagem_hierarquicoEspacial.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de trabalho**, v. 53, p. 37-44, 2012.
- CAMPBELL, C. M.; DUCA, J. V. The Impact of Evolving Labor Practices and Demographics on U.S. Inflation and Unemployment. **Federal Reserve Bank of Dallas Working Paper 0702**, 2007.

CARLEIAL, L. M. D. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015.

CARVALHO, P. A. D.; VIEGO, V. Evolução do emprego feminino no mercado de trabalho brasileiro: uma análise shift-share entre 2003 e 2018. **Economia e Sociedade**, v. 32, p. 207-224, 2023.

CHAHAD, J. P. Z. O Mercado de Trabalho em 2016: O Que Já Está Ruim Ainda Vai Piorar. **Temas de Economia Aplicada**, 2016.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

COSTA, D. P. C. **Uma análise descritiva do índice de desemprego no Brasil**. 2015. 45 f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

COSTA, S. D. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

FEITOZA, B. M.; SIMÕES, J. H. S. Êxodo urbano: uma nova forma de morar. **ÁTRIO**, v. 2, n. 1, 2023.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mulheres jovens no mercado de trabalho: desafios à vista**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/mulheres-jovens-mercado-trabalho-desafios-vista>. Acesso em: fev. 2024.

FILGUEIRAS, V. A.; KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. (Org.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

GOMES, P. S.; PAMPLONA, J. B. Envelhecimento populacional, mercado de trabalho e política pública de emprego no Brasil. **Revista Economia & Gestão**, v. 15, n. 41, p. 206-230, 2015.

HIPPLE, S. Worker Displacement in an Expanding Economy. **Monthly Labor Review**, p. 25-39, dez. 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf). Acesso em: 24 jan. 2024.

LIMA, D. J. P.; SILVA, A. M. R.; CAVINI, L. Y. D. S. Análise da decomposição do desemprego de mulheres brancas, negras e pardas em 2002 e 2015. **Econômica**, v. 21, n. 2, p. 1-20, 2019.

LONG, C. Impact of effective demand on the labor supply. **American Economic Review, Papers and Proceedings**, v. 43, p. 458-467, 1953.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, p. 647-668, 2020.

MATTEI, T. F.; CUNHA, M. S. A crise econômica brasileira e seus efeitos sobre o emprego formal: uma decomposição shift-share estocástica. **Orbis Latina**, v. 10, n. 1, p. 116-138, 2020.

MATTOS, F. A. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 69-85, 2015.

NERI, M. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. 2020.

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: Ipea, 2003. **Texto para Discussão**, n. 996. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0996.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf). Acesso em: 17 fev. 2024.

PAULO, E. M.; TABOSA, F. J. S. Rural and urban employment patterns in Brazil: a dynamic panel data approach. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 4, p. 889-903, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122018000400889&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400889&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 jan. 2024.

PINTO, R. D. C. **O mercado de trabalho brasileiro na pandemia da COVID-19: impactos e políticas públicas de proteção e fomento ao emprego e à renda**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37225>. Acesso em: 18 out. 2023.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 169-188, 2016.

SESSA, C. B.; SIMONATO, T. C.; DOMINGUES, E. P. O ciclo das commodities e crescimento regional desigual no Brasil: uma aplicação de equilíbrio geral computável (EGC). **Texto para Discussão**, n. 551, 2017.

SHIMER, R. Reassessing the Ins and Outs of Unemployment. **Review of Economic Dynamics**, v. 15, p. 127-148, set. 2007.



SILVA, E. R. A. D.; VAZ, F. M. **Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2022.

TILLMANN, E. A.; COMIM, F. V. Os determinantes da alocação de tempo dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPEC-SUL, 17., 2014. **Anais [...].** 2014.

Recebido em: julho de 2024  
Aceito em: novembro de 2024